

## A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS ESCOLAS DA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SAPÉ-PB

Wyara da Silva Carvalho<sup>1</sup>  
Germana Alves de Menezes<sup>2</sup>

### RESUMO

Este estudo trata da Educação Inclusiva nas escolas do campo no município de Sapé-Paraíba. Tanto a educação inclusiva como a educação no campo apresentam singularidades, principalmente nas suas lutas por uma educação com mais qualidade, à vista disto, neste trabalho foi abordado o tema a Educação Inclusiva nas escolas da zona rural do município de Sapé-PB, tendo como principal objetivo analisar como vem sendo feito o trabalho da educação inclusiva nestas escolas. Para tal, foi realizado uma pesquisa de cunho qualitativo com oito professores das escolas públicas da zona rural do município de Sapé que tiveram em sua sala de aula alunos com deficiência. Utilizamos como instrumento de pesquisa o questionário, aplicado com a ajuda da ferramenta Google formulário. Os resultados obtidos apresentam a existência de um trabalho inclusivo dentro das escolas da zona rural, porém existem lacunas em alguns pontos, como a falta das salas de AEE nas escolas da zona rural do município. Para o embasamento teórico contamos com apoio dos seguintes autores: Arroyo (2007); Caldart (2002 e 2012); Mantoan (2003 e 2010) dentre outros. Conclui-se que o trabalho da educação inclusiva dentro das escolas do campo do município de Sapé-PB, são desenvolvidas, mas que ainda é incipiente para a demanda existente.

**Palavras-chave:** Educação inclusiva, Educação do campo, Docentes, Escola pública

### INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema ‘A educação inclusiva nas escolas da Zona Rural do Município de Sapé-PB’.

A expressão educação no campo é uma proposta educativa que iniciou nos anos de 1990 pelos movimentos sociais, para lembrar que a população campesina tem conhecimento, cultura, saberes e que não é só um lugar para produção agrícola, a partir disso, essa população vem sendo objeto de estudo de diversos pesquisadores como, por exemplo, Caldart, Arroyo, entre outros.

A educação inclusiva no Brasil, assim como a educação no campo, tem uma longa trajetória, onde enfrentaram e enfrentam diversos obstáculos, resultando daí a criação de diversas leis em níveis municipais, estaduais e federal em prol dos direitos dessa população;

---

<sup>1</sup> Graduada no Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, [arinha.carvalho12@gmail.com](mailto:arinha.carvalho12@gmail.com);

<sup>2</sup> Professor orientador: titulação, Faculdade Ciências - UF, [orientador@email.com](mailto:orientador@email.com).

como, por exemplo, a Lei N.º 13.146, a qual é destinada a assegurar e promover o direito das pessoas com deficiência.

Muitas escolas brasileiras ainda não trabalham a inclusão adequadamente, especialmente as que estão localizadas na zona rural, que, muitas vezes, não dispõem de recursos ou recebem o mínimo necessário para que a inclusão seja possível.

Na Paraíba, de acordo com o censo de 2010, residem aproximadamente de 3,944 milhões de habitantes, desse total 23,5% da população total da Paraíba vive no campo.

De acordo com esses dados podemos intuir que é necessária a educação inclusiva de qualidade nas escolas da zona rural, assim como professores qualificados para atuarem com os alunos com deficiência.

Segundo os dados do IBGE, o município de Sapé conta com a população de aproximadamente 52.543 habitantes (IBGE, 2018) e aproximadamente 20% dessa população vive no campo. No que tange aos dados educacionais, de acordo com a secretária de educação daquele município, o mesmo conta com 17 escolas de ensino fundamental localizadas na zona rural, atendendo uma demanda de 1.722 alunos, desse total, segundo informações 30 alunos têm algum tipo de deficiência com apresentação de laudos, frente a esses dados, esse estudo partiu da seguinte indagação: como a educação inclusiva ocorre naquelas escolas.

Isto posto, nosso objetivo com esse estudo foi o de analisar como está sendo trabalhada a educação inclusiva nas escolas da zona rural do município de Sapé-PB, como objetivos específicos: primeiramente observar como é o trabalho do docente direcionado a inclusão, em segundo identificar os problemas existentes na escola para o desenvolvimento da educação inclusiva, em terceiro buscou-se investigar como vêm acontecendo a garantia do acesso e permanência garantidos em leis para os alunos com deficiência, e, por fim, analisamos o conhecimento dos docentes acerca da educação inclusiva.

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho deu-se de maneira exploratória e descritiva e de natureza qualitativa. Conforme mencionado acima, a pesquisa foi desenvolvida no município de Sapé-PB, tendo como campo investigativo as escolas públicas municipais localizadas na zona rural, e envolveu os professores da educação infantil e do 1º ao 5º do Ensino Fundamental.

O instrumento utilizado para o levantamento de dados foi o google formulário; sua elaboração exige procedimentos metodológicos especiais e conhecimentos teóricos sobre o assunto estudado.

A amostra inicialmente era de 15 (quinze) professores, os quais enviamos o instrumento de pesquisa, porém apenas 8 (oito) atenderam a nossa solicitação. A amostra escolhida de forma intencional. Quanto a nossa opção de análise de dados foi pela Análise de Conteúdo, um dos métodos mais utilizados para análise de dados qualitativos. Seus procedimentos são de acordo com os objetivos da pesquisa, tendo assim um caráter científico.

## A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Educação inclusiva, como o nome já diz incluir, vem do latim “includere”, com o sentido de “conter em si”(Dicionário online de português, 2020) é o processo em que se amplia a participação de todos os estudantes em um estabelecimento de ensino público ou privado, reconhecendo e respeitando a diferença de todos os cidadãos, fazendo com que a escola se adapte transformando-a em uma escola para todos.

Educação inclusiva é o processo que ocorre em escolas de qualquer nível preparadas para propiciar um ensino de qualidade a todos os alunos, independentemente de seus atributos pessoais, inteligências, estilo de aprendizagem e necessidades comuns ou especiais. A inclusão escolar é uma forma de inserção em que a escola comum tradicional é modificada para ser capaz de acolher qualquer aluno incondicionalmente e de propiciar-lhe uma educação de qualidade. Na inclusão, as pessoas com deficiências estudam na escola que frequentariam se não fossem deficientes (SASSAKI,1998, P.08).

De acordo com a autora acima citada, é difícil assegurar para os alunos um ensino de qualidade e manter a inclusão nos mais diversos níveis do ensino, porém, para que isto aconteça a escola tem que estar preparada, tem que se adaptar para se tornar capaz de acolher todos os alunos, não só a estrutura das escolas (salas, banheiros, cantina, entrada, etc.) que deve estar adequada para receber os alunos, como também os docentes e todo corpo escolar, os quais são peças-chave para que a verdadeira inclusão acontecer.

## A EDUCAÇÃO DO CAMPO E OS SEUS DESAFIOS

Construir uma educação de qualidade para todos é uma tarefa árdua e complicada, os docentes, discentes, pais/responsáveis pelos estudantes e toda comunidade escolar pode encontrar diversos desafios nessa construção, principalmente quando se trata de uma educação do campo, a qual, pode ser vista por muitos como desnecessária, sendo lembrada como uma extensão da cidade, levando adaptações da cidade para o campo; Segundo Arroyo (2007, p.158) a “palavra adaptação, utilizada repetidas vezes nas políticas e nos ordenamentos legais, reflete que o campo é lembrado como o outro lugar...” Essas adaptações podem gerar muitas

consequências, principalmente ao ser transmitido para os profissionais que prestam o seu trabalho no campo.

É certíssimo falar que o campo e a cidade devem ter os mesmos direitos e ambos serem respeitados, faz parte dessa premissa a educação escolar, a qual é tão importante para as pessoas da zona urbana como para as pessoas da zona rural, é com ela que formamos cidadãos críticos, preparados, com os seus próprios ideais para termos uma democracia justa, e a educação é a “arma” perfeita para que isso aconteça.

Normalmente as escolas da zona rural são menores que as da zona urbana, devido o número de moradores daquela localidade, os alunos matriculados quase nunca atingem o número desejado, por esse motivo diversas salas da escola do campo são multisseriadas, tornando-se assim mais um desafio na escola do campo.

[...] essas escolas se constituem geralmente na única alternativa para os sujeitos estudarem nas comunidades rurais em que vivem, encontrando-se expostos a um conjunto de situações que não favorecem o sucesso e a continuidade dos estudos, evidenciando, inclusive, o descumprimento da legislação vigente, que estabelece parâmetros de qualidade a serem alcançados na Educação Básica nas escolas do campo (HAGE, 2014, p. 1173).

Esse autor afirma que o sistema de ensino multisseriado acaba-geralmente tornando-se a única alternativa para a população do campo, pois, devido ao baixo índice de matrículas realizadas, essa junção tem que ser feita, para que assim a escola possa ofertar todas as séries. Essa junção traz como consequência a dificuldade do professor em atender a alunos em estágios/séries diferentes ao mesmo tempo. Consequentemente, interferirá no nível de aprendizagem dos alunos. Concordamos com Hage quando este afirma que é um descumprimento da legislação que assegura a oferta de uma educação de qualidade para todos.

No entanto, mesmo com tantos desafios, principalmente para os docentes, os quais têm que se reinventarem para conseguirem desenvolver sua prática com maestria. Contudo, podemos observar o lado benéfico das salas multisseriadas, levando em consideração que ela é uma alternativa para a escola ofertar a educação infantil e o ensino fundamental I para que os alunos do campo não precisem se deslocarem até a zona urbana para ter acesso a essa educação.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **PERFIL DOS DOCENTES**

Os docentes que participaram da pesquisa apresentam idade entre 27 a 50 anos, todos lecionam na zona rural em escolas distintas, 2(dois) deles atuam na educação infantil e os demais lecionam do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, o tempo de atuação como docente

varia entre 4 a 28 anos de magistério, porém, em relação ao tempo que lecionam na Zona Rural estão assim distribuídos: 50% deles têm entre 10 e 18 anos, enquanto os demais participantes têm abaixo de 4 anos de atuação no campo, ou seja, estão no início da sua docência como professores da zona rural.

Grande parte dos participantes é do sexo feminino, tendo apenas 2 do sexo masculino, em conversa informal com um deles, ele relata que é o único docente do sexo masculino que leciona na escola na qual atua. O que leva a observarmos que ainda é predominante o número de mulheres na área da educação, principalmente na educação infantil e no ensino Fundamental I.

Questionamos ainda sobre a formação dos docentes, constatamos que todos os participantes têm curso superior na área da educação, 4 deles em pedagogia, 2 deles em letras e 2 deles têm curso superior em letra e em pedagogia.

Observamos que grande parte dos participantes são graduados no curso de pedagogia, uma graduação a qual o seu principal objeto de estudo é a educação; que segundo LIBÂNEO, é uma das graduações mais democráticas do país. Esse autor caracteriza o pedagogo como:

O profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação ativa dos saberes e modos de ação, tendo em vista objetivos de formação humana definidos em sua contextualização histórica. (LIBÂNEO, 2005, p. 52)

Neste sentido, consideramos positivo o fato de 75% de nossos pesquisados possuírem formação em pedagogia.

Levando em consideração que a escola é o espaço fundamental para desenvolver o senso crítico do cidadão e o docente tem a responsabilidade de orientar os alunos na busca do conhecimento e que a cada ano, essa orientação fica ainda mais árdua para ser feita, é de extrema importância a formação continuada do professor. Dos professores entrevistados, apenas 1 deles possui cursos de pós-graduação lato sensu voltadas para a educação inclusiva, com uma especialização em libras e em língua portuguesa para surdo L2; uma das entrevistadas apresenta nível de pós-graduação Stricto sensu em Letras, com pós-graduação em literatura; os demais professores variam em especialização em Supervisão escolar, leitura e escrita, e gênero e diversidade na escola.

#### ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS DO CAMPO

No total os docentes participantes têm 18 alunos com deficiência, estes alunos têm idade entre 3 e 9 anos, o que significa afirmar que entraram na escola dentro da faixa etária prevista.

Em seguida foi questionado aos participantes o tipo de deficiência que cada um desses alunos tem, como apresenta no quadro a seguir: (Ver tabela nº 6)

**Tabela 6:** Quantidade e tipos de deficiência encontrados

<b>Tipos de deficiência</b>	<b>Quantidade</b>
<b>Autista</b>	11
<b>Deficiência mental</b>	1
<b>Paralisia Cerebral</b>	1
<b>Síndrome de Down</b>	3
<b>visual</b>	1
<b>Surdo</b>	1
<b>Total</b>	18

Podemos observar que 11 desses alunos, ou seja, mais de 50% têm o transtorno do espectro autista (TEA). Segundo a OMS, o autismo afeta uma em cada 160 crianças no mundo, grande parte deles têm um nível de deficiência intelectual que varia entre nível leve (nível 1), moderada (nível2), e severa (nível3); esses níveis/graus são definidos através das limitações no aprendizado e outras habilidades adaptativas de cada um, como afirma Maior (2015, p.6).

A segunda deficiência mais citada pelos docentes foi a Síndrome de Down, a qual vale lembrar que, segundo o Ministério da Saúde (2013), A Síndrome de Down (SD) ou trissomia do 21, é uma condição humana geneticamente determinada, é a alteração cromossômica, mais comum em humanos e a principal causa de deficiência intelectual na população. A SD é um modo de estar no mundo que demonstra a diversidade humana.

Grande parte das deficiências intelectuais não têm manifestações perceptíveis, diferente da Síndrome de Down, como destaca Maior (2015, p.6): “é expressa por características físicas detectáveis facilmente, entretanto a maior parte das situações de deficiência intelectual não tem manifestações perceptíveis”. Vale ressaltar que diferente de algumas deficiências, e dependendo dos níveis, as pessoas com deficiências intelectuais podem fazer suas atividades sociais normalmente, principalmente o trabalho.

É de extrema importância que o professor tenha conhecimento das limitações dos seus alunos, para que assim possa construir com métodos apropriados, proporcionando uma educação com mais qualidade e com mais chances de êxito para cada aluno, assim, foi questionado para os nossos participantes se eles sabiam qual o nível deficiência dos seus alunos.

Dentre os respondentes, 2 afirmaram ter conhecimento e 6 afirmaram não ter, diante dessa informação podemos observar que grande parte dos docentes participantes não tem conhecimento do nível de deficiência do (s) seu (s) aluno (s) especiais. A ausência desse conhecimento é um dado preocupante, e pode comprometer o planejamento didático e a efetivação do trabalho docente com esse público especial. Segundo a psicopedagoga Daniela Alonso (2013, p.5)

“Quando conhecemos as características de determinadas deficiências reconhecemos suas restrições. Sabemos, por exemplo, que o aluno com deficiência visual não acessará as aulas pela visão, pois sua condição restritiva é sensorial. Muitas vezes, identificar as limitações pode ter um efeito paralisante. Por outro lado, se identificamos as competências, encontramos alternativas de ensino e condições favoráveis à participação nas aulas e à aprendizagem”.

Ter o conhecimento dessas limitações nos leva a contar com mais alternativas de ensino, levando ao aluno mais chances de êxito no seu desenvolvimento em sala com os ditos “normais”.

Também questionamos aos professores a existência de laudos desses alunos e se os docentes podem ter acesso aos mesmos. Dentre os respondentes, 3 disseram que não têm acesso a esses laudos, porém 5 disse que sim, têm acesso.

Desta forma, podemos até nos questionar o porquê de os professores não procurarem conhecer esses laudos. Seria por comodismo, ou por não saber a importância, ou ainda porque os familiares de seus alunos ainda não dispõem de um laudo concluído pelos médicos? É uma questão que demanda novas investigações.

Outra questão abordada junto aos professores que colaboraram com a pesquisa foi a respeito das limitações que os seus alunos com deficiência apresentam. Essa pergunta não foi respondida por todos os docentes e os que responderam falaram das limitações que percebem no dia a dia do aluno, como podemos citar um trecho da resposta de um entrevistado: “percebo apenas que não aprendem como os outros e também dificuldades na forma de se relacionar, um deles apresentava uma dificuldade maior interagir com os outros, sendo agressivo”.

Na fala desta professora é perceptível que ela tem um conhecimento “informal” das dificuldades apresentadas pelo aluno, provavelmente um conhecimento proveniente do seu contato diário com o aluno. Em conversa informal com alguns participantes da pesquisa observa-se que eles ainda têm um conhecimento restrito quando se fala em inclusão e do conhecimento deles nas limitações dos seus alunos, mesmo sendo um dos assuntos em pauta na educação há décadas.



## A AÇÃO DOCENTE COM OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Podemos lembrar que a inclusão, segundo Mantoan (2005), é a “nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós”, ou seja, a educação inclusiva é acolher a todos independentemente das suas diferenças.

Foi questionado como os docentes participantes da pesquisa como enxergam o processo da educação inclusiva nos espaços onde lecionam, todos os informantes afirmaram que necessita de avanços. Nas palavras de uma outra professora que respondeu à pesquisa, a educação inclusiva “Não está boa como deveria ser! (...) há falta de formação específica na área, não há como trabalhar com eficiência”.

Nesta mesma pergunta também observamos a uniformidade na questão da falta de recursos e sobre a sala de AEE, sobre isso uma outra professora informa: “faltam recursos e sala de AEE que não tem em nenhuma das escolas da zona rural, cabe aos pais se deslocarem até a cidade, e os pais acham distante levar para a cidade, ou seja, muitos desses alunos ficam sem apoio da sala de recursos.

O AEE é de fundamental importância para garantir um acesso de qualidade nas escolas de ensino regular, é nela que vai ser trabalhada as dificuldades dos alunos especiais, vale lembrar que o AEE é garantido pela Constituição Federal que no seu Artigo 208, inciso III garante o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”; para que assim o aluno com deficiência possa ter um maior desenvolvimento nas salas de ensino regular.

Outra questão levantada foi sobre a qualificação desses educadores para atuar na área da educação inclusiva. Dentre os respondentes, cinco deles afirmaram possuir e três deles afirmaram não possuir curso referente a educação inclusiva. Porém, importante registrar que, dentre os cinco informantes, que acenaram ter participado de alguma qualificação para atuarem com educação especial, quatro, apenas participaram de eventos de curta duração promovidos nas universidades as quais estudaram e pela secretária de educação do município. Uma das formações citadas pelos docentes foi a semana do autismo, um evento promovido pela secretaria do município.

Apenas uma das docentes participantes, como já foi relatado no decorrer da análise, tem curso de especialização na área da educação inclusiva, ela também participou de uma outra



formação de professores para trabalhar com alunos especiais com uma carga horária de 80 horas e treinamento para atuar em sala de recursos.

Nas palavras de Mantoan (2007, p.45)

A inclusão é um desafio que, ao ser devidamente enfrentado pela escola comum, provoca a melhoria da qualidade de educação básica e superior, pois para que os alunos com e sem deficiências possam exercer o direito à educação em sua plenitude, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas, a fim de atender as diferenças.

Ou seja, a inclusão em si já é um grande desafio para todos, então as escolas têm que se aprimorar e direcionar esse aprimoramento para a prática do docente, principalmente para que haja uma melhoria no ensino e assim acontecer a inclusão.

Quanto ao planejamento didático, de como os alunos com deficiência estão contemplados neste. Vale destacar que, conforme Mantoan (2003) não existe uma prática de ensino específica para cada tipo de deficiência, os alunos aprendem de acordo com a suas limitações e se o ensino for de qualidade o docente levará em conta essas limitações e vai explorar convenientemente as possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento de cada um.

Os docentes participantes responderam que fazem atividades adaptadas, um dos participantes relata que procura integrar os alunos com deficiência em todas as atividades e dinâmicas, que faz com os alunos “ditos normais”, lembrando que segundo Pietro (2006) “integrar não significa incluir” a inclusão vai muito além, ela quebra barreiras para que a educação seja igualitária e para todos.

Quanto aos desafios enfrentados no dia a dia desses professores, levando em consideração que lecionar na escola do campo, já passa por diversos desafios, pois o campo segundo Arroyo (2007, p.158) é visto como “o outro lugar” alguns de nossos informantes relatam que essa falta de recurso para os alunos com deficiência também está presente nas escolas urbanas, dificulta o trabalho do docente, outros relatam que há dificuldade de locomoção dos alunos, principalmente em período de chuva, ou seja, existem diversos desafios presentes que necessita de um olhar mais aprimorado do governo e ter implementações de políticas públicas como afirma Caiado e Meletti (2011), a ausência de Políticas Públicas para a população do campo, seja em qualquer área saúde, transporte e educação, impede que as pessoas com deficiência possa viver com dignidade e faz com que as mesma não participem da vida social.

No que diz respeito a relação família-escola, os professores informaram que há boa interação. Destacamos a seguir o depoimento da professora H: “Aprendi muito com a mãe do

meu aluno, foi ela quem me falou um pouco sobre a deficiência dele, até aquele momento eu era leiga, e isto foi me abrindo horizontes sobre a educação inclusiva e hoje sinto vontade de me especializar em algo relacionado a ela”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo foi possível saber através dos docentes participantes um pouco de como vem sendo trabalhada a educação inclusiva nas escolas do campo do município de Sapé-PB.

A reflexão teórica aqui desenvolvida teve como autores principais Arroyo (2007); Caldart (2002 e 2012); Mantoan (2003 e 2010) dentre outros, os quais contribuíram para a análise e compreensão do fenômeno estudado.

Diante das informações obtidas, foi possível observar que não só os alunos com deficiência, como também os professores regentes, enfrentam algumas dificuldades, como, por exemplo, a falta da sala de AEE que possibilita um desenvolvimento melhor do aluno com deficiência na escola, organizando recursos pedagógicos de acordo com as limitações de cada um dos alunos e possibilitando uma maior acessibilidade, eliminando as barreiras para a plena participação dos mesmos e também a dificuldade destes em se deslocarem até a zona urbana do município para terem acesso a essas salas especializadas.

Conclui-se que a política de educação inclusiva está chegando até as escolas do campo de forma tímida, pois faltam recursos, como também falta mais formação continuada para esses docentes. Os poderes públicos estadual e municipal poderiam promover e incentivar a formação continuada desses professores. Esse incentivo pode contribuir para trazer não só mais conhecimentos como também proporcionar uma educação com mais qualidade para os estudantes com necessidades especiais das escolas do campo. Ficou nítido em todo o decorrer do trabalho o poder da educação para todos e o quanto essa educação pode contribuir com as superações e transformações da população campesina e principalmente dos deficientes que nela moram, os docentes participantes conseguiram transmitir no formulário como também em conversas informais o carinho que a equipe em um modo geral recebe os alunos com deficiência e a troca de conhecimentos que o docente tem com eles.

Podemos também pontuar que ainda são necessárias lutas para que a população campesina e as pessoas com deficiência possam ter uma educação igualitária, que ofereça os serviços especializados como também os recursos necessários e meios que possibilitem uma educação de qualidade.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel, G. Políticas de formação de educadores (as) do campo. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 157-176, maio/ago. 2007.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei nº 9394/1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm) ; acesso em – 12/04/2020

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil** de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em – 12/04/2020

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Dados Estatísticos e Indicadores Sociais**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/panorama> > 08/05/2020 > 21;53

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Diretrizes de atenção à pessoa com Síndrome de Down / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – 1. ed., 1. reimp. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013. 60

CALDART, Roseli, S. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R. CALDART, R. S. (Org.) **Educação do Campo: Identidades e políticas públicas**. Coleção Por Uma Educação do Campo, n.º 4. Brasília, DF, 2002.

HAGE, Salomão Mufarrej. **Transgressão do paradigma da (multi)seriação como referência para a construção da escola pública do campo**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1165-1182, out-dez., 2014.

LIBÂNEO, José Carlos Paulo. **Pedagogia e Pedagogos, para Quê?** 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MANTOAN, Maria Teresa Égler; SANTOS, Maria Terezinha Teixeira dos. **Atendimento educacional especializado: políticas públicas e gestão nos municípios**. São Paulo: Moderna, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Égler; **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003, 64p